

EDITORIAL

Direito & Paz, periódico do Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário Salesiano de São Paulo-UNISAL, está aberto à comunidade acadêmica nacional e internacional e destina-se à publicação de trabalhos que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para o desenvolvimento científico da área jurídica.

A Revista Direito & Paz, que conta com a classificação B1 no Qualis/CAPES de 2016, tem por finalidade o debate e a divulgação dos conhecimentos produzidos pelos juristas, pesquisadores e colaboradores de instituições nacionais e estrangeiras, com vistas a abrir um espaço para o intercâmbio de ideias, a produção científica e a ampliação da participação acadêmica na comunidade.

Nesse sentido, como veículo científico a Revista Direito & Paz propicia a divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas por doutores de diversas universidades e centro de pesquisa, estimulando, assim, o intercâmbio de informações e a discussão acadêmica sobre as mais variadas questões jurídicas relacionadas à “Concretização dos Direitos Sociais Difusos e Coletivos”, área de concentração do Mestrado em Direito do Centro Universitário Salesiano de São Paulo/UNISAL de Lorena, e temáticas também vinculadas às seguintes Linhas de Pesquisa: 1. Direitos Sociais, Econômicos e Culturais; 2. Direitos de Titularidade Difusa e Coletiva.

Os artigos poderão ser enviados em três línguas: inglês, espanhol e português e obedecerão às Normas da Revista quanto à publicação. Os artigos submetidos ao processo de revisão devem ser originais e inéditos e não poderão conter a identificação dos autores, pois passarão pela avaliação do “duplo cego” recomendado pela CAPES.

Os artigos, igualmente, deverão conter título em português e em inglês, resumo em português (máximo cinco linhas) e *abstract* fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e *key words*; conter no mínimo três palavras-chaves e no máximo cinco na língua portuguesa e estrangeira.

Os trabalhos deverão ser submetidos diretamente no sistema eletrônico da revista, por meio do link: <http://revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/user/register>, não deverão conter a identificação dos autores e deverão observar, ainda, a seguinte formatação: uma cópia em editor Word for Windows 6.0 ou superior; limite mínimo de 15 (quinze) e máximo de 20 (vinte) laudas para artigos (incluindo o resumo), a fonte utilizada deve ser Times New Roman, corpo 12, alinhamento justificado, sem separação de sílabas, espaçamento um e meio

entre linhas, parágrafo: 1,5 cm, margem: superior e esquerda - 3 cm; Inferior e direito - 2 cm; as citações devem obedecer às regras da ABNT.

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) com a revisão gramatical (ortográfica) dos textos completos e com o envio da tradução do título, do resumo (*abstract*) e das palavras-chave (*key words*) na língua inglesa.

Neste número 37, contamos com diversas contribuições de destacados professores e investigadores que tratam de variadas questões relacionadas aos Direitos Humanos, Fundamentais e Sociais.

Nessa perspectiva, José Antonio Remedio e Marcos Vinícius Pacheco Aguiar iniciam o número com o excelente trabalho “A lei 13.097/2015 e a efetivação do princípio da concentração no registro de imóveis”.

Lara Caxico Martins Miranda e Roberta Carolina de Afonseca e Silva apresentam o trabalho intitulado “A perspectiva histórica na formação do intérprete jurídico. Uma análise da lei da anistia e da interpretação do supremo tribunal federal”.

Carolina Miranda do Prado Mascarenhas e Elcio Nacur Rezende fazem uma avaliação das políticas públicas e meio ambiente ecologicamente equilibrado: a responsabilidade civil estatal decorrente da negligência diante da degradação ambiental

Jaime Meira do Nascimento Júnior e Leandro da Silva Carneiro discutem o tema “escolhas trágicas: segurança jurídica ou prevalência das circunstâncias?”. Marli Marlene Moraes da Costa e Rodrigo Cristiano Diehl Abordam o tema “A realização da justiça social em tempos de globalização: uma análise sobre a extrafiscalidade”.

Úrsula Adriane Fraga Amorim discute o tema “O dano moral e coisificação do sujeito”. Bruno Meneses Lorenzetto discute a questão do impeachment: estrutura, função e natureza. Sergio Francisco Graziano Sobrinho e Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira.

Apresentam uma interessante reflexão acerca do meio ambiente urbano, medo e exclusão social: a continuidade entre os processos de *gentrificação* e a gestão da violência no Brasil. Allan Ramalho Peres e Rafael Lazzarotto Simioni abordam “A genealogia de um constitucionalismo comum e a expansão do controle jurisdicional”.

Larissa Yukie Couto Munekata e Gustavo Noronha de Ávila promovem uma interessante discussão acerca da possibilidade de legitimação do comércio de órgãos? Análise das opiniões da população da cidade de Maringá – Paraná.

No artigo intitulado “Inovação farmacêutica versus saúde pública: a insuficiência do sistema jurídico de patentes”, Marcos Vinício Chein Feres e Alan Rossi Silva discutem as

insuficiências do sistema de patentes em face da inovação farmacêutica, aspecto importante para a saúde pública.

George Sarmiento Lins Júnior e Danilo Moura Lacerda tratam do direito de propriedade na convenção americana de direitos humanos e a superação da condição do marco temporal da posse indígena criada pelo STF, no caso "Raposa Serra do Sol". Já, Lívia Maria Cruz Gonçalves de Souza e Edimur Ferreira de Faria discutem a governança corporativa na administração pública brasileira: um processo em construção.

Douglas de Assis Bastos e Andreas Joachim Krell tratam do estado de coisas inconstitucional como ativismo dialógico-estrutural para concretização de direitos fundamentais: limites para o controle judicial de políticas penitenciárias.

José Adércio Leite Sampaio desenvolve um estudo acerca da "Casa Alta nos Estados Federais". Já, Daniel Silva Fampa e Pastora do Socorro Teixeira Leal apresentam uma análise da pobreza como elemento autônomo de violação dos direitos humanos.

Eduardo Díaz Ocampo e Alcides Antúnez Sánchez caracterizam as fontes do Direito do Equador.

Finalmente, Celso Antonio Pacheco Fiorillo e Renata Marques Ferreira contribuem e prestigiam o presente número com o excelente trabalho intitulado "Tutela jurídica das águas subterrâneas em face do crime de poluição e sua importância vinculada à defesa da saúde ambiental".

Gostaríamos de agradecer a todos os autores que colaboraram nesta trigésima sexta edição, bem como aos pareceristas que contribuíram com uma criteriosa avaliação dos artigos que, nesta edição colocamos a disposição dos leitores.

A todos desejamos uma excelente leitura!

Pablo Jiménez Serrano
Coordenador
Editor Responsável